

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Local: Centro Social Marista Irmão Acácio – Londrina – PR

Data: 25 de Outubro de 2016

Horário: 08h00 horas (1ª convocação) - 08h30 (2ª convocação)

1 Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis foi realizada reunião ordinária
2 do Conselho Municipal de Assistência Social no Centro Social Marista Irmão Acácio, sito à Rua
3 Abílio Justiniano Queiróz, 350, Conjunto João Paz, Londrina – PR. Os participantes desta
4 reunião foram registrados em lista de presença devidamente assinada e arquivada. A reunião
5 é iniciada pela presidente Valmirete Alves da Silva em segunda chamada, às oito horas e
6 quarenta e um minutos. A reunião é iniciada com o agradecimento à entidade pela cessão do
7 espaço. Realizada a leitura da pauta **1. Apresentação e aprovação da pauta; 2. Leitura e**
8 **aprovação de atas; 3. Prestação de contas do Piso Paranaense de Assistência Social II**
9 **– Centro POP; 4. Aprovação do Regimento Interno; 5. Comissão de Análise e**
10 **Acompanhamento; 6. Comissão de Benefícios; 7. Instância de Controle Social do Bolsa**
11 **Família – Transição; 8. Relato de Comissões; 9. Informes; 10. Outros** que foi aprovada
12 sem alterações. Logo após foi iniciada a leitura da Ata da reunião realizada no dia 12 de abril
13 de 2016 para apreciação e aprovação. Após sugestões de alterações a ata foi aprovada. Em
14 seguida a conselheira Gisele Tavares fez a explanação referente ao ponto **3. Prestação de**
15 **contas do Piso Paranaense de Assistência Social II – Centro POP**, cujo repasse mensal é
16 no valor de onze mil e quinhentos reais, que representa cinquenta por cento do valor do repasse
17 federal, referentes ao período de outubro de dois mil e quinze a junho de dois mil e dezesseis.
18 Foi realizada a leitura do e-mail que solicita a prestação de contas, indicando os documentos
19 obrigatórios a serem entregues – demonstrativo físico-financeiro, extratos, que foram
20 disponibilizados aos conselheiros para apreciação, Resolução do Conselho com parecer
21 referente à prestação de contas e justificativa de saldo. Gisele explica que a justificativa seria
22 necessária caso todas as parcelas tivessem sido repassadas e que caso o conselho aprove a
23 prestação de contas com ressalvas será necessário apresentar plano de providências. Passa
24 então a apresentar os pontos constantes no Demonstrativo Físico-Financeiro item a item. A
25 conselheira Tércia Lamônica questiona se as metas podem ser alteradas pois o estimado para
26 idoso/família/adulto não foi alcançado e em contraponto, a meta para jovens foi superada em
27 quinhentos e setenta e quatro por cento no ano de dois mil e quinze. Gisele esclarece que
28 precisa ser revisto no momento da repactuação com o governo federal uma vez que o Estado
29 segue o que o federal designa. Entretanto, registra que isso somente se deu em 2015 e que,
30 no que se refere ao ano de dois mil e dezesseis, em apenas três meses, considerando a
31 proporcionalidade de metas e tempo, as metas previstas já foram ultrapassadas. Gisele elucida
32 o valor registrado em “Recursos Próprios Alocados no Fundo” e informa o atraso do repasse
33 federal em dois mil e dezesseis. A conselheira disponibilizou documentos com resumo dos
34 gastos com o serviço para apreciação dos demais membros deste conselho presentes na
35 reunião. Tércia atenta para a disparidade na composição dos recursos do fundo para os
36 serviços – Federal, Estadual e Próprio. Gisele apresenta o Relatório de Gestão Financeira para
37 uso dos recursos visto que, após o aceite do cofinanciamento não havia previsão de
38 recebimento e não foi previsto no orçamento. Refere que na prestação de contas para o Estado

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

39 há um nível maior de detalhamento do que o exigido para os recursos federais, havendo a
40 necessidade de se apresentar no que foram realizadas as despesas dentro do período previsto.
41 Apresentou-se à execução, tendo-se finalizado no referido período apenas uma despesa com
42 aquisição de refrigerador duplex para a nova sede do Centro Pop, havendo outras despesas
43 realizadas após esse período e outras ainda em andamento. Informa que o Governo Estadual
44 procedeu repasse do valor de quinze mil reais de forma equivocada, referente a outro piso, na
45 conta deste piso, e que deverá ser transferido para a conta correta pelo município, conforme
46 orientação recebida da Secretaria Estadual. Informa, ainda, que foi realizado um adiantamento
47 para a Diretora de Proteção Social Especial, Nívia Polezer, para compra de materiais de
48 artesanato para uso da Terapeuta Ocupacional no Centro POP, visto a dificuldade de licitar
49 estes materiais e ausência de ata de registro de preço atualmente. O valor do adiantamento foi
50 de oitocentos reais. A conselheira faz a leitura de sugestão dos ofícios a serem encaminhados
51 para o governo estadual. Ficou como pendência para retomada em processo de prestação de
52 contas futuro, verificar a prestação de contas no período de junho a outubro de dois mil e
53 dezesseis fechando então em doze parcelas repassadas. Tércia faz a leitura do campo de
54 parecer do conselho e é aprovado de forma unânime o parecer favorável à prestação de contas
55 apenas com a abstenção da conselheira Márcia Valim que não esteve presente no momento
56 da explanação e discussão da prestação de contas. **4. Aprovação do Regimento Interno:**
57 Tércia pede a palavra e explana sobre o preenchimento do CensoSuas 2016 no que se refere
58 aos questionamentos do formulário para o Conselho sobre a atualização do Regimento Interno
59 e que seria importante a sua aprovação. Márcia Valim sugere que seja declarada vacância
60 para os membros eleitos que tenham mais de três faltas para então verificar o *quórum*
61 necessário para votar o regimento interno. A Presidente Valmirete solicita então a leitura dos
62 nomes dos conselheiros da lista de presença para declaração de vacância. Com este
63 procedimento foram declaradas vacâncias: Secretaria Municipal da Educação – 01 vaga titular
64 e 01 vaga suplente; Secretaria Municipal de Trabalho e Renda – 01 vaga titular; Companhia
65 de Habitação de Londrina – 01 vaga suplente; Gabinete do Prefeito – 01 vaga titular e
66 Representação de usuários – 03 vagas titulares. Sandra Nishimura refere sobre a licença
67 maternidade da conselheira Maysa Procópio e que, na sua ausência, sua suplente Marilda
68 Regina da Silva não poderá comparecer a todas as reuniões visto compromissos no seu
69 território de atendimento – Região Rural. Após as declarações de vacâncias verificou-se que o
70 *quórum* qualificado seria de quinze membros presentes – referente ao total de vinte e um
71 conselheiros em situação ativa neste conselho, estando presentes dezoito conselheiros nesta
72 reunião. Assim sendo, o texto do Regimento Interno revisto, apreciado e discutido nas reuniões
73 anteriores foi aprovado por unanimidade. Márcia Valim ressalta apenas a necessidade de
74 resolução declarando vacância dos conselheiros que apresentaram situação de faltas e sugere
75 novas eleições em fevereiro de dois mil e dezessete visto não haver tempo hábil para novas
76 eleições ainda este ano e o período de férias do conselho em janeiro do próximo ano. Gisele
77 coloca que, também nos “considerandos” da resolução de aprovação do regimento interno
78 pode constar as declarações de vacâncias. Fica proposta a retomada de discussão de
79 realização de eleição complementar na primeira reunião do ano de dois mil e dezessete. **5.**
80 **Comissão de Análise e Acompanhamento.** Conselheira Ivana Paula F. Rodolpho faz um

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

81 resgate histórico do período de análise dos planos de ação e relatórios, após esta explanação
82 faz a leitura das Atas de Reuniões da Comissão referentes à finalização do período de análise.
83 Gisele esclarece que a entidade ALIA não entregou documentos para convênio com a
84 secretaria e não está recebendo recursos e que, portanto, a comissão deverá então verificar
85 se estão prestando o serviço mesmo sem o convênio. Quanto à entidade Geração Integrar,
86 deverá ser verificado se foi cancelada a inscrição neste conselho. Ivana apresentou, ainda, os
87 pontos comuns de dificuldade encontrados nos instrumentos e que a comissão tem como
88 proposta mudanças nos instrumentos que serão apresentadas posteriormente em reunião
89 deste conselho. Refere que houve envio de correspondências para algumas entidades que
90 responderam com as alterações necessárias. A comissão propõe, ainda, que seja realizada
91 uma reunião com as entidades para apresentar o novo instrumento e instruir no preenchimento.
92 Foram levantadas dúvidas quanto à entidade Geração Integrar que foram elucidadas. Márcia
93 Valim aponta que, no que se refere aos instrumentos, foi um processo importante, contudo, os
94 instrumentos devem ser encaminhados até final de novembro deste ano pois há entidades que
95 já entregam os relatórios no começo do ano. Ivana sinalizou com esta possibilidade indicando,
96 porém, que a reunião para orientação de preenchimento somente poderá ocorrer na retomada
97 das atividades do CMAS em fevereiro de dois mil e dezessete. Isto posto, ficou estabelecido
98 que será enviado, até novembro de dois mil e dezesseis, com apresentação na reunião do dia
99 oito de novembro, os novos modelos para apreciação deste conselho e envio para as
100 entidades. Tércia pede a palavra e fala que normalmente as entidades realizam seu
101 planejamento antes do período definido para apresentação destes instrumentos. Há uma
102 discussão no que se refere às entidades de Defesa e Garantia de Direitos, a necessidade de
103 uma maior clareza, incluindo o papel do técnico e a necessidade de uma discussão mais
104 profunda, inclusive como as entidades/serviços que executam assessoramento e defesa.
105 Proposto que haja um planejamento do conselho em dois mil e dezessete para trabalhar essa
106 temática. **6. Comissão de Benefícios.** Sandra Nishimura apresenta proposta para aplicação
107 dos recursos destinados ao Programa Municipal de Transferência de Renda – PMTR e Cupom
108 Alimentação tendo em vista os valores alocados na proposta orçamentária de 2017. Faz um
109 resgate sobre o processo de reflexão referente aos benefícios e suas funções, apresentando
110 resultado de pesquisa realizada em dois mil e quatorze sobre o gasto do cupom, que traz
111 alguns indicativos de hábitos alimentares e aquisição de alimentos com valores mais
112 acessíveis. Resgatando, ainda, o processo de discussão do orçamento de dois mil e dezessete,
113 a proposta é de distribuição de cinquenta mil reais nos doze meses para sessenta cupons a
114 mais do que o número praticado atualmente, adotando-se o valor de sessenta e nove reais,
115 distribuídos para cinco CRAS que apresentam maior demanda: Oeste A e B, Norte A e Centro
116 A e B. Senhora Maria Dalva dos Santos, usuária dos serviços, questiona o conselho quanto à
117 aprovação da correção para sessenta e nove reais, argumentando que isso não representa
118 diferença para o usuário, uma vez que o valor praticado atualmente é de sessenta e cinco reais.
119 Márcia Valim esclarece que o aumento é o que está previsto na LDO, correspondendo à
120 correção inflacionária. Sandra Nishimura argumenta que a discussão do valor aumentar para
121 cem reais não foi possível no orçamento aprovado para o próximo ano e que por isso decidiu-
122 se pelo aumento quantitativo de cupons ficando apenas o reajuste obrigatório. Tércia esclarece

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

123 que a prioridade do orçamento ficou para o PMTR, com o valor de trezentos e sessenta mil
124 reais, por entender que há uma demanda expressiva de pedido de cupom que se torna
125 permanente e que poderia migrar para o outro benefício. Márcia Valim explica que os valores
126 são os possíveis, diante do que foi destinado. Senhora Dalva sinaliza o aumento de procura e
127 necessidade de cupons. Gisele ressalta que a discussão do orçamento deve ser constante e
128 reflete sobre a PEC 241, que propõe o teto de gastos abaixo da inflação e a necessidade de
129 pautar esta discussão no conselho nas próximas reuniões. Senhora Dalva questiona sobre as
130 quantidades de cupons a mais distribuídos por CRAS e foi esclarecido que serão vinte para o
131 CRAS Norte A e dez cupons a mais para os outros quatro CRAS elencados. Conselheiro Carlos
132 da Silva questiona sobre a compra de gás de cozinha com o cupom. O questionamento foi
133 respondido pelos conselheiros, informando que não há esta restrição, mas que depende da
134 estrutura dos estabelecimentos comerciais. Sandra Nishimura apresenta então a proposta para
135 o PMTR, informando que o valor permite a ampliação de 190 metas para o ano de 2017 no
136 valor de R\$ 100,00 (cem reais) e, ainda, que as metas relativas a R\$ 65,00 (sessenta e cinco
137 reais) passem a vigorar com o valor de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais). Fica ainda um saldo
138 de R\$ 8.640,00, que permite a ampliação de mais sete benefícios de R\$ 100,00. Tais metas
139 podem variar caso a avaliação técnica indique que as situações se encaixam nos critérios para
140 concessão do benefício de R\$ 85,00, conforme estabelecido pelo programa. Mesmo se
141 mantendo este critério e assegurando-se a avaliação técnica, o Conselho reforça a
142 necessidade de priorizar a concessão dos benefícios no valor de R\$ 100,00. Tércia refere sobre
143 a avaliação de transposição de beneficiários do cupom para o PMTR e que a ampliação da
144 oferta do PMTR permitirá a inserção de novas famílias no benefício do cupom. Márcia Valim
145 refere sobre a necessidade de trilhar os dois caminhos: o aumento de valores aliado ao
146 aumento de acesso aos benefícios. Realizada discussão no que se refere ao aumento de
147 metas e os valores constarem na Resolução de aprovação das propostas. Márcia Valim
148 ressalta a necessidade de também assegurar que os valores restantes devem ser utilizados
149 nos próprios benefícios. Gisele reflete sobre a avaliação dos contrapontos orçamentários desta
150 decisão, tendo em vista que os aumentos que forem operados por sobras orçamentárias de
151 um ano precisariam ter garantia de continuidade nos anos seguintes. Tércia refere que os
152 saldos precisam de uma discussão maior e poderia ser feita posteriormente com proposta a
153 partir de estudo da comissão de benefícios e comissão de fundo. Deliberado pela emissão de
154 ofício para os deputados pelo voto contra a PEC 241. **7. Instância de Controle Social do
155 Bolsa Família – Transição.** Márcia Valim propõe que haja reuniões conjuntas com a comissão
156 de fundo. Agendada reunião para verificar os saldos para retomar as discussões. Salaria a
157 necessidade de debater o uso dos recursos do IGD-BF, que a instância já possui um
158 planejamento e o início de uma discussão para parceria com entidades para execução das
159 ações. Gisele relembra que foi aprovado o repasse de cinco por cento do IGD/BF para o
160 controle social e que é necessário planejar a execução deste valor junto a este Conselho, que
161 estará assumindo essa função junto ao Bolsa Família e Cadastro Único. Márcia retoma o ponto
162 sobre a proposta de contratação de empresa para realização de cadastramentos, sobre o uso
163 do recurso para pagamento de estagiários, combustível, questionando quais os gastos não
164 serão executados e as sobreposições. Gisele ressalta que o prazo para a composição da

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

165 instância de controle é até início de dois mil e dezessete. **8. Relato de comissões.** Realizada
166 discussão sobre ofício referente à violação de direitos pela não regularidade dos repasses
167 federais. Tércia relata sobre a Ação Judicial contra o MDSA pelos não repasses. Informa que
168 o prefeito levou ofício ao MDAS também referente aos repasses e não houve resposta
169 satisfatória. Sinalizada a necessidade de retomar a discussão sobre o ACESSUAS para
170 utilização do recurso. Informado que foi realizado o pagamento de duas parcelas à Entidade
171 APP Vida, conforme determinação judicial e o apostilamento para pagamento da CPIN e
172 Operação Noite Fria. **9. Informes;** e **10. Outros.** Valmirete e Marcia Valim fizeram relato do
173 encontro com a equipe de transição do novo prefeito, que solicitou indicação de perfil do gestor
174 e relação de nomes como sugestão para compor o conselho, argumentação sobre o Equiplano
175 para pagamento das entidades, bem como o Plano de Providências atualmente colocado para
176 o município quanto a regularização das equipes dos CRAS, o orçamento atual, orçamento para
177 dois mil e dezessete e as demais demandas. Marcia Valim lembra que este conselho precisa
178 socializar o documento que foi entregue à equipe de transição do novo prefeito. Registre-se
179 que a lista de presença é documento integrante desta ata. A reunião é encerrada às 12h00,
180 sendo o que havia a ser relatado, eu, Luana Garcia Campos, 2ª Secretária deste Conselho,
181 redijo a presente ata desta reunião ordinária que será encaminhada para apreciação e
182 aprovação.